



2881 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)
GT02/GT 17 - História da Educação e Filosofia da Educação

ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS
Kelly Rocha de Matos Vasconcelos - UFAM - Universidade Federal do Amazonas
Pérsida da Silva Ribeiro Miki - UFAM - Universidade Federal do Amazonas

Resumo

O objetivo deste estudo, resultante de uma pesquisa de mestrado em andamento, é compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis no Estado do Amazonas. A história social e cultural fundamenta esta pesquisa sobre a realidade educacional e social das décadas de 1930 e 1940 no Amazonas, construindo relações entre os cenários local, nacional e mundial. Por meio de pesquisa documental, foram analisadas 1872 publicações de Diários Oficiais do Estado do Amazonas entre os anos de 1937 a 1943, dos quais apenas 178 documentos traziam alguma informação sobre o tema. Em 1940 o prefeito de Manaus Antônio Botelho Maia cria o Serviço Municipal de Parques Infantis na capital e inicia a construção do primeiro Parque Infantil no Parque 10 de novembro que foi inaugurado no dia 19 de abril de 1943, em homenagem ao aniversário do então presidente Getúlio Vargas. No dia 6 de setembro de 1944, inaugurava-se um velódromo em um outro PI: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, em comemoração à Semana da Pátria, onde foi possível perceber o caráter cívico e patriótico que se revelava na finalidade eugênica destes espaços educativos não formais.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Infantis. Parques Infantis no Amazonas. História da Educação no Amazonas. Políticas para a infância.

ORIGEM DO SERVIÇO DE PARQUES INFANTIS NO ESTADO DO AMAZONAS

Resumo

O objetivo deste estudo, resultante de uma pesquisa de mestrado em andamento, é compreender os aspectos históricos dos Parques Infantis no Estado do Amazonas. A história social e cultural fundamenta esta pesquisa sobre a realidade educacional e social das décadas de 1930 e 1940 no Amazonas, construindo relações entre os cenários local, nacional e mundial. Por meio de pesquisa documental, foram analisadas 1872 publicações de Diários Oficiais do Estado do Amazonas entre os anos de 1937 a 1943, dos quais apenas 178 documentos traziam alguma informação sobre o tema. Em 1940 o prefeito de Manaus Antônio Botelho Maia cria o Serviço Municipal de Parques Infantis na capital e inicia a construção do primeiro Parque Infantil no Parque 10 de novembro que foi inaugurado no dia 19 de abril de 1943, em homenagem ao aniversário do então presidente Getúlio Vargas. No dia 6 de setembro de 1944, inaugurava-se um velódromo em um outro PI: o Parque Infantil Ribeiro Júnior, em comemoração à Semana da Pátria, onde foi possível perceber o caráter cívico e patriótico que se revelava na finalidade eugênica destes espaços educativos não formais.

PALAVRAS-CHAVE: Parques Infantis. Parques Infantis no Amazonas. História da Educação no Amazonas. Políticas para a infância.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem a preocupação de estudar, em âmbito local, a existência das instituições educacionais reconhecidas como "Parques Infantis", na década de 1940, no estado do Amazonas.

Além disto, objetiva-se: contextualizar os pressupostos históricos determinantes para a existência de um serviço de Parques Infantis (PIs) no Amazonas, explicando os motivos políticos que deram origem a esse serviço.

No Amazonas, pretende-se revelar aspectos da origem e propagação dos PIs e as possíveis relações que permearam este cenário, a partir da perspectiva da história social e cultural. Em um levantamento preliminar nos sítios acadêmicos[1], observou-se que de 33 (trinta e três) teses e dissertações, levantadas até setembro de 2017, 21 (vinte e uma) possuem como tema principal os Parques Infantis em algumas cidades do Brasil, 12 (doze) tratam do período histórico brasileiro, no qual o início desta pesquisa se situa, ou seja, décadas de 1930 e 1940 do século XX, das quais 7 (sete) são sobre o cenário histórico e político deste período na cidade de Manaus e apenas uma, destas sete últimas, cita brevemente o então prefeito Antônio Botelho Maia.

Isto abriu uma incógnita na qual se buscou compreender qual seria o motivo da ausência de pesquisas com relação aos Parques Infantis no Amazonas? Quais as motivações do prefeito Antônio Botelho Maia em informar às autoridades de que um Parque Infantil seria construído em Manaus? Qual seria a veracidade desta informação? Ou ainda, a importância ou impacto para o contexto da época? Buscamos uma compreensão não apenas da instituição parque infantil em si, mas das relações políticas, sociais e culturais existentes nele, no período delimitado para isso, de 1936 a 1941, justamente por não se tratar de um trabalho *educêntrico*. [2]

Por isso, fez-se necessário pesquisar que criança estas instituições (Parques Infantis) visavam atender e que concepções de infância se defendia, examinando-se as políticas educacionais do período a partir de uma perspectiva social e cultural, com fundamentação na lógica histórica e no materialismo histórico. (THOMPSON, 1981; BURKE, 2005).

Outro ponto forte e importante neste tema é a forma com que se permitiu a emergência de um Estado dominador com traços corporativos, que utilizava as políticas sociais como mecanismo de inserção da massa para implantar um projeto de nacionalização capitaneado pelo, então presidente, Getúlio Vargas.

Para o estudo destes aspectos, surgiram dificuldades advindas da escassez de literatura e de fontes que pudessem fornecer informações sobre o assunto e de encontrar pessoas que se disponibilizassem em fornecer informações sobre o tema. Além disto, nos registros iconográficos da época poucas informações sobre a infância dos pobres foram encontradas.

Construindo nexos entre os Parques Infantis no Brasil e no Mundo

Esta pesquisa sobre a história da educação infantil caminha pelas instituições voltadas para a infância. Observou-se que esta temática, marginalizada pela história oficial, se apresenta relevante pelos movimentos historiográficos atuais. A infância, vista como uma condição da criança está atraindo o

interesse dos pesquisadores, como afirma Balsera:

En las tres últimas décadas escribir sobre la infancia en la historia o sobre la historia de la infancia há sido un tema que estaba de moda (Bardet, 2003; Becchi y Julia, 1998; Fass, 2004 y 2006; Padilla y otros, 2008; [...]) Parece haber existido como una espécie de ajustes de cuentas no solo com la historia, sino com la experiencia pessoal de los adultos, y también un encuentro com los niños y niñas de otros mundos y de otras épocas. Esta explosión historiográfica también tiene que ver mucho com el contexto em ele que se há producido, marcado por unas décadas donde la situación de vulnerabilidade de la infancia se há hecho más visible. (2015, p.8).^[3]

Os estudos sobre os parques infantis se apresentam com diferentes explicações quanto à sua origem. Kuhlmann Júnior e Fernandes (2014) trazem uma classificação de Silva (2008) em dois tipos: o de autores que atribuem a Mário de Andrade a influência direta na criação destes espaços (ABDANUR, 1994; FARIA, 1999; GOBBI, 2004); e o outro ao dos que observam a influência de outros agentes e instituições. (FILIZZOLA, 2002; SANTOS, 2005; GUEDES, 2006).

Miranda (1941) apresenta duas causas as quais são classificadas como “causa remota” e “causa próxima”. A primeira relacionada às ideias de Froebel, e a segunda “às condições político-sociais da Alemanha, após a Guerra Franco-Prussiana.” (p. 4).

Na América, a partir de 1800 já existiam em Boston espaços recreativos para as crianças, o que se consolidou com a “Playground Association of America” (PAA), em 1906. (FROST, 2000, p. 108; GOMES, 2003).

Christianne Luce Gomes, em sua tese de doutorado intitulada “Significados de recreação e lazer no Brasil: Reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964)”, revela o pioneirismo da prefeitura da cidade de Porto Alegre em implantar no ano de 1926, um serviço de recreação trazido dos Estados Unidos, pelo professor Frederico Guilherme Gaelzer, a partir de seus conhecimentos e experiências relacionados à Educação Física nas Associações Cristãs de Moços (ACMs), e defendeu a ideia da recreação no Brasil, onde “deveriam ser implantados, nos municípios brasileiros, ‘Jardins de recreio’, [...] ‘praças de desportos’ ou ‘praças de recreio’.” (GOMES, 2003, p. 106). Para isto, foram instaladas praças inspiradas nas existentes no Uruguai, e similares às vistas por Galzer nos EUA, onde eram realizadas atividades semelhantes às que se realizavam nos parques alemães. (GOMES, 2003).

Encontramos ainda em produções de André Dalben (2016) e Nicanor Miranda (1941) registros de outras formas de recreação e educação ao ar livre. Para Dalben, “o primeiro equipamento de recreação infantil de São Paulo, construído no Parque Dom Pedro II” teve sua inauguração no final de 1931, na gestão do prefeito Anhaia Mello. (DALBEN, 2016, p. 18). Neste contexto, dentro das relações sociais e culturais nas quais os parques infantis se encontravam, há também o caráter recreativo da proposta dos parques infantis, que foi considerado como um dos aspectos desta investigação.

No entanto, parece que esta preocupação com o local de instalação destes parques revela que a finalidade aparente nos documentos legais seria a da recreação, dentro de um contexto histórico e social no qual estava inserida a instituição e seus sujeitos. Sua origem seria impulsionada por um projeto de nacionalização, de influência norte-americana, nas relações internacionais, que já eram presentes em um momento anterior, especialmente quanto ao Brasil e aos demais países latino-americanos, o qual se buscava modernizar a sociedade brasileira. (FREITAS; KUHLMANN Jr., 2002).

Ao se realizar um levantamento preliminar, encontramos um indício, no documento de Nicanor Miranda^[4], da existência de um Parque Infantil em Manaus, criado pelo prefeito Botelho Maia^[5]. Com isso, tem-se como compromisso epistemológico tentar revelar o que está oculto, silenciado há mais de sete décadas, levantando algumas possibilidades para o motivo deste silêncio. Este silenciamento é observado em documentos primários, jornais e diários oficiais, onde os relatos sobre experiências das crianças aparecem “incompletos na melhor e distorcidos na pior das hipóteses”. (HISIUNG, 2005, p. 4). Trata-se de um espaço em branco, citado por Chartier (1990), e que será aqui usado à luz da teoria da história, no intuito de “organizar o passado em função do presente”, fazendo o que Febvre chamou de função social da história. (FEBVRE, 1985).

Esta organização só é possível mediante os documentos encontrados que provavelmente estejam adormecidos em caixas, em armários, ou em depósitos de arquivos. Trata-se de “letra morta”, as quais ninguém antes se “abalanchou a sacudir a poeira desses velhos papéis.” (FEBVRE, 1985, p. 257-258). A partir do momento que esses documentos são descobertos, eles passam a ter voz, e deixam de ser indícios.

Chartier esclarece ainda que:

A questão sugeriu durante muito tempo uma resposta de tipo filológico, ligando a verdade da escrita histórica ao correcto exercício da crítica documental ou ao devido manejo das técnicas de análise dos materiais históricos. Esse exercício ou esse manejo podem ser sujeitos a controlo, verificando ou desqualificando, numa base inteiramente técnica, os enunciados históricos que produzem. Apoiada deste modo nos seus processos mais objectivos, a história pode, ao mesmo tempo, ser diferenciada da fábula ou da ficção e ser validada como reconstituição objectiva do passado conhecido através de indícios, isto é, da realidade reconhecida a partir dos seus vestígios. (CHARTIER, 1990, p. 85).

No decorrer da investigação a partir das fontes encontradas e problematizadas pudemos construir a narrativa que, “[...] Se os seus textos são ficções, como o são em certo sentido, constituindo-se de composições literárias, a matéria-prima dessas ficções são fatos verificáveis”. (HOBSBAWM, 1998, p. 286-287).

Parques Infantis no Amazonas: antecedentes históricos

O ano de 1937 foi decisivo em muitos aspectos referentes às políticas educacionais no Brasil e inicia com uma nova organização do Ministério da Educação e Saúde e com a instituição das Conferências Nacionais de Educação e Saúde, por meio da Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937:

Art.90. Ficam instituídas a Conferência Nacional de Educação e a Conferência Nacional de Saúde, destinadas a facilitar ao Governo Federal o conhecimento das atividades concernentes à educação e à saúde, realizadas em todo o país, e a orientá-lo na execução dos serviços locais de educação e de saúde, bem como na concessão do auxílio e da subvenção federais. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE, 1941, p. 5).

O Amazonas era governado por Álvaro Maia^[6] que em 1º de fevereiro de 1937, por meio do Decreto n.112, instituiu o Departamento de Educação e Cultura, sendo nomeado para o cargo de diretor o professor Themistocles Gadelha^[7] que assume as responsabilidades da antiga *Diretoria-Geral-da-Instrução-Pública*. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p. 55).

O Ministro Gustavo Capanema^[8] durante a posse dos diretores do Departamento Nacional de Saúde e do Departamento Nacional de Educação proferiu discurso onde reafirma o seu objetivo de:

[...] articular-se estreitamente com os governos estaduais e os particulares, a fim de prestar-lhes cooperação e assistência, não só técnica como financeira. Para tornar possível esta ação nacional, a que procederá uma constante vigilância em torno das necessidades reais do país, no tocante ao ensino ou à saúde, foi que a citada reforma instituiu as delegacias federais de educação, e as de saúde, tantas quantas em regiões em que, para esse efeito, dividiu o território nacional. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 03 de maio de 1937, p. 56).

O atendimento à escolarização no Amazonas era insuficiente diante da demanda de crianças em idade escolar, uma das ações governamentais foi a construção de pavilhões de Madeira, com a justificativa de falta de verbas, devido à falta de espaços formais de educação. Estes pavilhões foram inspirados em países com grandes recursos, a exemplo dos Estados Unidos. Neles havia aposentos para professora, e ficavam localizados “na estrada de Flores, bairros de Flores, Educandos, São Raimundo, Bombeamento, Curari, [...] outros em Janauacá, Autaz Miri, Atumã e Benjamin Constant”. Os pavilhões de madeira eram considerados como uma alternativa duradoura de construção, pois poderiam resistir por mais de 20 anos. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 3 de maio de 1937, p. 57).

Políticas de proteção à infância eram criadas e a educação “aparece como um fator estruturante da sociedade ‘moderna’”. (FREITAS, KUHLMANN Jr., 2002, p. 465). Dois documentos da década de 1940 revelam a política governamental dos Pls relacionada ao estado do Amazonas. O primeiro de caráter nacional, que instigou essa investigação, de Nicanor Miranda, intitulado *Origem e Propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos* (1941), que informa que um Parque Infantil estaria sendo construído na cidade de Manaus, conforme um documento informativo encaminhado pelo prefeito de Manaus. Isso nos motivou a pesquisa no *Diário Oficial do Estado do Amazonas* a partir do ano de 1937, onde encontramos, na data de 19 de fevereiro de 1940, a comprovação da criação do Serviço de Parques Infantis na Prefeitura Municipal de Manaus.

O documento *Origem e propagação dos Parques Infantis e Parques de Jogos*, de Nicanor Miranda (1941) não cita a autoria de Mário de Andrade na criação dos Pls, provavelmente, devido ao seu afastamento do cargo de diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, neste período.

A existência dos Pls no Amazonas, de acordo com o Diário Oficial do Estado do Amazonas (19/02/1940), traz o Ato de criação nº135 do Serviço de Parques Infantis na cidade de Manaus/AM, feito pelo Prefeito Antônio Botelho Maia, vinculado ao Juizado de Menores da Capital. Essa criação foi mencionada por Nicanor Miranda (1941), ao defender a proliferação dos Pls no Brasil.

Esta política foi engendrada no período conhecido como Estado Novo, que vigorou entre 1937 a 1945. O objetivo pertencente a essa política era de ocupar as crianças e adolescentes com atividades diversificadas, durante o período em que não estavam na escola. (KUHLMANN Jr, 2000; 2002; NAGLE, 2009; HILSDORF, 2011).

No Amazonas, essa política talvez não tenha iniciado de forma estruturante, pois a direção do Pls deveria ficar sob a responsabilidade da psicologia infantil ou da pedagogia, porém sem remuneração. Cabia à prefeitura o fornecimento de “livro de registro, fichário, aparelhos de cultura moral, intelectual e física, e aparelhos de antropometria.” (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 19 de fevereiro de 1940, p. 3).

A previsão de instalação do Pls na zona Mindu, no Parque Municipal 10 de Novembro, em construção em 1940, era justificada pela área ampla com jogos, campos e abrigos, com destinação aos “menores”, dentro de uma concepção médico-sanitarista, além do caráter civilizatório. Assim, a comprovação da existência dos Parques Infantis no Amazonas ampliam as possibilidades para os estudos sobre a história da educação na infância carente de investigações, especialmente no Estado do Amazonas.

Diante escassez de recursos financeiros, adotavam-se medidas paliativas, a exemplo das escolas de emergência, dos pavilhões de madeira e da má remuneração, falta de valorização e falta de investimento na formação do professor, especialmente no interior do estado. Diante disso, estima-se que o investimento em políticas sociais começou com a construção de espaços não formais alternativos, onde a criança operária, no discurso do governo, teria acesso à educação, à saúde e à prática recreativa, sendo retiradas das ruas, diminuindo, assim, o quantitativo de crianças recolhidas pelo juizado, proporcionando-as um espaço seguro e prevenindo-as da ociosidade.

Em edição comemorativa do 5º aniversário do Estado Novo, o Diário Oficial do Amazonas trouxe alguns detalhes da construção do Parque Dez de Novembro, como uma das realizações da administração da prefeitura de Manaus entre 1935 e 1941:

Com o intuito de contribuir para a cultura física da infância e juventude foi iniciada em 1939 a construção de um grande parque, que recebeu posteriormente a denominação de “10 de NOVEMBRO”, à margem do igarapé do Mindú. Ocupando uma área de 50 hectares, constituída de terreno silico-argiloso e coberta por um admirável bosque natural[...] recortado por um igarapé de águas cristalinas e dista cinco quilômetros do centro urbano.[...] O igarapé está moldado à feição de piscina no sentido N.S.L.O., tendo o eixo L.O. cem metros de comprimento e o N.S. cinquenta e dois e meio metros por quinze de largura em toda a sua extensão.[...] Por entre o arvoredo estão construídos pavilhões em estilo japonês e marajoara e em local pitoresco do parque será instalado um Play-ground provido de aparelhos de ginástica e diversões para a petisada[9]. (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 10 de novembro de 1942, p. 10-11).

Outro Parque Infantil também estava sendo construído em Manaus na década de 1940: o Parque Infantil Ribeiro Júnior[10], segundo relata André Vidal de Araújo[11], na publicação de 30 de setembro de 1940:

Os primeiros trabalhos já ali, vêm sendo feitos nesse sentido pelos pequenos correccionais da Escola “Melo Matos”, juntamente com alguns meninos do bairro da Cachoeirinha. E porque o Juizado disponha de verbas diminutas para levantar tão grande utilidade, justo é que todos acorram ao encontro dos pequenos desamparados e lhes proporcionem as alegrias que eles desejam e têm direito de gozar. (AMAZONAS, Juizo Privativo dos Menores, 30 de setembro de 1940, p. 1).

Diante deste cenário, observamos que a preocupação com a infância do Amazonas tornou-se uma questão nacional, diante do fato de que, para Bonfim (2017), a sociedade brasileira era marcada por desigualdades em virtude do processo de urbanização, preocupação com formação de trabalhadores, exploração da força de trabalho, epidemias e alto índice de mortalidade.

Este fato pode ser observado nesta publicação do jornal “A manhã” da cidade do Rio de Janeiro, no dia 15 de janeiro de 1942, reproduzida no Diário Oficial do Amazonas com o título “Imigração e Colonização”:

[...] o principal problema Amazônico é da falta do braço trabalhador.

Escassíssima é a sua população, insuficiente para tirar da terra ferraz, das suas imensas florestas, dos seus seringais intermináveis, todas as riquezas que encerram.

Como remediar semelhante falta?

Pela imigração.

Mas como esta não é possível contar, conforme muito bem acentuou, em memorial endereçado ao sr. Presidente da República, a Associação Comercial de Manaus, dadas as características da região, sem condições apreciáveis de habitabilidade, desprovida de assistência médica e educacional e onde a produção a realizar oferece frequentes síncope de preços, que tornam inapetecível qualquer aventura imigratória. [...] (AMAZONAS, Diário Oficial do Estado, 24 de janeiro de 1942, p. 2).

O parque infantil Parque Dez de Novembro foi inaugurado na gestão do prefeito Antovila Vieira no dia 19 de abril de 1943, data natalícia do presidente Getúlio Vargas.

Com relação ao Parque Infantil Ribeiro Júnior, até o momento, não foram encontradas provas de uma inauguração do Parque, e sim do velódromo existente em suas dependências, construído pelo engenheiro Deodoro Freire, no dia 06 de setembro de 1944, a ser realizada às 20 horas como parte da programação de comemoração à Semana da Pátria. (JORNAL DO COMÉRCIO, 06 de setembro de 1944).

O velódromo receberia o nome de “Álvaro Maia” que, de acordo com Wanderlan Santos Mota em seu livro *Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O papel das políticas públicas*, “Era o local de maior festividade da cidade e ponto de encontro das classes sociais mais favorecidas.” (MOTA, 2008, p. 71-72). Com isso, abrem-se as perspectivas de se pensar na possibilidade dos Pls estarem direcionados a aspectos culturais e urbanos de Manaus que pudessem atender tanto às crianças pobres e filhas de operários quanto às da elite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltar os olhos para a história social e cultural do Amazonas exige um olhar atento e uma busca minuciosa e exaustiva, em virtude da escassez de documentos e produções que estudem o passado do Estado e da cidade de Manaus. Cada documento encontrado se constituiu em uma peça de um quebra-cabeça na tentativa de se entrever resquícios de um fragmento temporal.

A dificuldade de se pesquisar sobre um sujeito que não tem voz nos documentos leva ao desafio de percorrer sobre as instituições destinadas a atenderem as crianças, assim como as representações dos adultos junto a esse atendimento. Diante disso, os Pls se constituíram como uma dessas instituições no Estado Novo.

Ao analisar a história da educação da infância no Amazonas observamos que “Por trás dessa história invertida, e ao mesmo tempo fragmentada- já que, fazendo-se pelos indícios, ela multiplica os pontos de observação-, também surgem os problemas materiais e a crise de consciência da sociedade em que se escreve.” (SCHIMITT, 2005, p. 352).

Por isso, constatamos que a inauguração destes espaços, com destinação inicial à criança operária e menores desvalidos¹², foi tomando outras configurações com o passar do tempo. Parece que estes espaços foram ocupados posteriormente por classes mais abastadas, o que levanta a questão das políticas públicas frente à garantia do acesso da criança pobre a atividades de lazer.

Conseguimos aqui compreender que as políticas públicas, voltadas para a infância das décadas de 1930 e 1940, chegaram ao Amazonas, como em efeito cascata: as políticas nacionais se materializando por meio de políticas regionais.

Contudo, infere-se que em virtude da falta de investimento e planejamento dos governantes, levando em consideração as características geográficas, sociais e culturais do Amazonas, estas políticas não atenderam plenamente à criança pobre que continuou marginalizada e carente de atendimentos básicos e essenciais de saúde, educação e lazer.

Por isso a relevância da compreensão dos serviços públicos voltados para a criança, como foram os Parques Infantis, na tentativa de retratar a história da educação do Amazonas, contribuindo para enriquecimento de estudos de acadêmicos, professores, alunos e da comunidade do Estado em geral.

REFERÊNCIAS

A BATALHA. Rio de Janeiro, 12 de julho de 1936, p. 1.

ABDANUR, Elizabeth. **Parques infantis de Mario de Andrade**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. SP, 36: 263-270, 1994.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 03 de maio de 1937, ano VLIV, número 12553. Estado Federal do Amazonas.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Segunda-feira, 19 de fevereiro de 1940, ano XLVII, número 13365. Estado Federal do Amazonas, p. 3.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Sábado, 24 de janeiro de 1942, ano XLIX, número 13935. Estado Federal do Amazonas, p. 2.

AMAZONAS. **Diário Oficial**. Terça-feira, 10 de novembro de 1942, ano XLIX, número 14169. Estado Federal do Amazonas, p. 8, 10-11.

AMAZONAS, Juízo Preventivo dos Menores. **Conselho de Assistência e Proteção aos Menores**. Segunda-feira, 30 de set. de 1940, ANO III, número 91. Estado Federal do Amazonas, p. 1.

BALSERA, Dávila P. **El Lugar la representación de la infancia em la Historia de la Educacion**. Espacio, Tiempo y Educacion. 2 (1), p. 7-16, 2015.

BITTENCOURT, Agnello. **Dicionário Amazonense de Biografias: Vultos do passado**. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. 520p.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar: Uma História da Eugenia no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, 2017. 228 p.

BURKE, Peter. **O que é história cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. **Educação pré-escolar e cultura**. São Paulo: Cortez, 1999.

DALBEN, André. Notas sobre a cidade de São Paulo e a natureza de seus parques urbanos. **Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, [s.l.], v. 8, n. 2, p.3-27, 11 dez. 2016. Trimestral. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v8i2.8643241>. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/urbana/article/download/8643241/pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

FEVBRE, Lucien. **Combates pela história**. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1985.

FILLIZZOLA, A. C. B. **Na rua, a “troça”, no parque, a troca: os parques infantis da cidade de São Paulo na década de 1930**. 2002. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FREITAS, Marcos Cezar de, KUHLMANN Jr., Moisés, **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002.

FROST, Joe L. **A History of Children’s Play and Play Environments**. New Yourk, NY: Routled, 2000. p.108.

GOBBI, M. A. **Desenhos de outrora, desenhos de agora: o desenho das crianças pequenas no acervo Mário de Andrade**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

GOMES, Christianne Luce. Significados de recreação e lazer no Brasil: reflexões a partir da análise de experiências institucionais (1926-1964). **Tese de doutorado**. Belo Horizonte: UFMH/FaE, 2003.

GUEDES, L. **Novas velhas formas de dominação: os parques infantis e o novo projeto de dominação social**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira: Leituras**. São Paulo : Cengage Learning, 2011.

HSIUNG, Ping-Chen. **A Tender Voyage: Children and Childho in Late Imperial China**. Califórnia: Stanford University; Chian Ching-kuo Foundation for International Scholarly Exchange, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JORNAL DO COMÉRCIO, Manaus, de 06 de setembro de 1944, p.4.

KUHLMANN Jr., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 5-18, mai/jun/jul/ago, 2000.

_____. **História da educação (1820-1950):** Comparação e classificação. Universidade de São Francisco. 2006. Disponível em: <http://www3.usf.edu.br/galeria/getImage/252/124961825188310.pdf>. Acesso: 18 de janeiro de 2017.

_____. Infância, história e educação. In: **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. 5 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 43, p.693-716, set. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/STIVENWSKY/Downloads/dialogo-14719.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2017.

MIRANDA, Nicanor. **Origem e propagação dos parques infantis, e parques de jogos** São Paulo: Departamento de Cultura, 1941.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Serviço de Documentação. Folheto N.5.1.ª **CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO E 1.ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE**. 1941. Disponível em: <http://http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/relatorio_1.pdf >. Acesso em: 05 jan. 2018.

MOTA, Wanderlan Santos. **Espaços Públicos de Lazer em Manaus: O Papel das Políticas Públicas**. Manaus: Editora Valer, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

O RADICAL. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1935, p.4.

REVISTA DA SEMANA. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1938. Anno XXXIX, n.37.p.37.

SANTOS, M. W. dos. **Educadora dos parques infantis de São Paulo:** aspectos de sua formação e prática entre os anos de 1935 e 1955. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, C. C. **O álbum “Parques Infantis” como objeto cultural (São Paulo, 1937)** 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

Notas

[1] www.historialivre.com; www.fcc.org.br; www.biblioteca.ufam.edu.br; www.escholar.google.com.br.

[2] O educentrismo, “desconsidera o conjunto das relações sociais em que se produzem os fenômenos educacionais. A palavra educentrismo significaria compreender as questões da educação como se fossem produzidas internamente à educação, mesmo que para relacioná-las aos demais aspectos sociais.” (KUHLMANN Jr., 2006, p. 8).

[3] Nas três últimas décadas escrever sobre a infância ou sobre a história da infância tem sido um tema que estava na moda (Bardet, 2003; Becchi e Julia, 1998; Fass, 2004 e 2006; Padilla e outros, 2008; [...]) Parece haver existido uma espécie de ajuste de contas não apenas com a história, mas com a experiência pessoal dos adultos, e também um encontro com os meninos e meninas de outros mundos e de outras épocas. Esta explosão historiográfica também tem muito haver com o contexto em que se há produzido, marcado por umas décadas onde a situação de vulnerabilidade da infância tornou-se mais visível. (Tradução nossa).

[4] Nicanor Miranda-chefe da Divisão de Ensino e Recreio, onde estavam alocados os Pls.(1941, p. 22).

[5] Trata-se do documento ORIGEM E PROPAGAÇÃO DOS PARQUES INFANTIS, E PARQUES DE JOGOS, 1941, p. 22.

[6] Álvaro Botelho Maia (1893-1969) governou o estado do Amazonas de 1930 a 1931, de 1935 a 1937 e de 1937 a 1945. (BITTENCOURT, 1973).

[7] Themistocles Gadelha foi diretor da Escola Normal do Amazonas em 1935, nomeado diretor da Instrução Pública em 1936 quando em 1937 assume oficialmente o cargo. Em 1938 é descrito na imprensa como diretor de Educação e Cultura do Amazonas. (O RADICAL, 1935; A BATALHA, 1936; REVISTA DA SEMANA, 1938).

[8] Ministro da Educação e Saúde do Brasil de 1934 a 1945.

[9] Petizada (Grafada na citação com S) é um termo comumente encontrado nas fontes, com o mesmo significado de criançada ou meninada.

[10] Em homenagem ao Major Alfredo Augusto Ribeiro Junior (1887-1938) que esteve à frente da Revolução de 1924 do Amazonas, chegando a assumir o governo por cerca de um mês, até ser preso em agosto de 1924. Em 1927 é solto e em 1934 é eleito deputado federal no Amazonas e em 1937 é ordenado para retornar ao exército, “Endeusado, freneticamente por muitos, e numerosas vezes infringente do código militar”. (BITTENCOURT, 1973, p. 437).

[11] André Vidal de Araújo foi diretor do 1º Juizado de Menores do Estado do Amazonas entre os anos de 1935 a 1944.

[12] Arend (2010) elucida que estes denominados desvalidos eram os “[...] ‘inválidos da Pátria’, as ‘moças pobres’, os mendigos, os cegos, os surdos-mudos, os ‘psicopatas’, os tuberculosos, os ‘morféticos’, os que necessitavam de ‘regeneração social’ e a infância. (p. 347- 348).